

DEMOGRAFIA ECONÔMICA

14.1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que, dentre as áreas da chamada demografia social elencadas no Capítulo 3, a demografia econômica é uma subárea com longa tradição de estudos. A interação entre as ciências econômicas e a demografia é antiga e está na origem da formação de inúmeros centros de estudos populacionais e programas de pós-graduação em demografia, em várias partes do mundo. Como o nome sugere, trata-se de uma área de conhecimento que, por um lado, informa os demógrafos sobre possíveis variáveis econômicas que seriam úteis para explicar os fenômenos demográficos, e por outro lado, contribui para a teoria econômica com análises sobre os determinantes demográficos do crescimento e do desenvolvimento econômico, bem como sobre a distribuição de recursos na economia. Nesse contexto, costuma-se distinguir entre a demografia econômica no nível micro e macro. A primeira vertente se preocupa com a explicação do comportamento econômico individual ou no nível domiciliar, a partir de suas dimensões demográficas. Por exemplo, quais são os fatores que influem na decisão de ter ou não filhos adicionais? Os custos de oportunidade do casal no mercado de trabalho? Os investimentos necessários em uma nova criança? Quais são as considerações que entram na decisão de migrar para outra região do país ou para o exterior? O desemprego no lugar de origem? A percepção de maiores oportunidades no lugar de destino? O diferencial da renda média entre a origem e o destino? Algumas destas questões já foram abordadas na seção 10.13 do Capítulo 10, onde se introduziu a distinção entre as visões macroeconômicas e microeconômicas na explicação de mudanças ou diferenciais da fecundidade. Para o caso da migração, o conceito foi mencionado na seção 11.8 do Capítulo 11. Alguns dos trabalhos principais

desta linha são as contribuições de Gary Becker (Becker, 1960, 1993, 2009; Becker e Murphy, 1988), Davis e Blake (1956), Lee (1980), Sjaastad (1980) e Todaro (1980). Outros temas abordados pela demografia microeconômica incluem o conceito de capital humano e suas implicações para a economia domiciliar, os determinantes da alocação no tempo e a divisão sexual do trabalho dentro do domicílio, os fatores que determinam a escolha de casar-se ou divorciar-se e a seleção do parceiro, os comportamentos de risco adotados no ciclo de vida relacionados à saúde, o investimento dos indivíduos em ações preventivas de saúde, a formação de poupança pelas famílias e as decisões sobre trabalho e aposentadoria.

A demografia econômica no nível macro, por outro lado, se preocupa com os efeitos agregados das tendências demográficas sobre a economia, especialmente no que diz respeito ao crescimento econômico e aos vários aspectos distributivos presentes na dinâmica econômica. Inicialmente, nos anos 60 e 70 do século passado, os estudos abordaram predominantemente as consequências econômicas do crescimento populacional em economias pré-industriais ou em processo de industrialização, conforme se comentou nas seções 3.3 e 3.4 do Capítulo 3. Naquele momento, o rápido crescimento populacional resultante da queda dos níveis de mortalidade trouxe preocupações quanto ao sucesso do desenvolvimento econômico, em contextos onde grande parte dos recursos precisavam ser destinados à criação de infraestrutura social e econômica para acomodar um número crescente de habitantes. Uma questão associada, que tem levado a inúmeros debates e que já foi referida brevemente no Capítulo 6, é se existe algum ótimo econômico ou algum máximo aceitável para o tamanho ou densidade da população. Esta questão também será brevemente abordada neste capítulo.

Conforme apresentado no Capítulo 2, mais recentemente, com o avanço da transição demográfica, tanto em países de renda alta como nos países de renda média e baixa, houve uma mudança marcante na agenda de pesquisa, que passou a dar maior ênfase aos efeitos de mudanças na composição da população, tanto do ponto de vista da distribuição por idade quanto de variações dentro de cada grupo de idade. Dois desdobramentos importantes dessa análise são os chamados dividendos ou bônus demográficos e as pesquisas sobre as consequências econômicas do envelhecimento populacional, que já foram mencionadas nas seções 3.7 e 3.8 do Capítulo 3. Mas a agenda tem se tornado cada vez mais ampla e incluído temas como a redistribuição de recursos entre gerações, a participação do mercado, das famílias e do estado na alocação de recursos inter e intra geracionais no suporte aos idosos (através de renda, saúde e cuidados), os papéis da transição de escolaridade e da revolução de gênero para o crescimento econômico, a relação entre idade e migração, incluindo as implicações do envelhecimento e do crescimento populacional para a migração internacional, o papel do aumento da longevidade e do envelhecimento populacional para os mercados de seguros e fundos de pensão, as consequências fiscais da transição demográfica, as interações entre desigualdade, pobreza e mobilidade social com as mudanças na estrutura etária e outros efeitos de composição populacional, além de uma preocupação crescente com o papel das mudanças demográficas para o atingimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Uma abordagem metodológica sempre muito utilizada por demógrafos-economistas é a mensuração do papel dos efeitos de idade, período e coorte sobre variáveis socioeconômicas. Procura-se saber, através desses métodos, se as mudanças observadas em diferentes eventos, tais como transições no mercado de trabalho e na escolaridade, decorrem de fatores conjunturais ou de mudanças nas experiências acumuladas desde a infância por cada coorte. Além disso,

há trabalhos que tentam estabelecer se o tamanho e a composição das coortes importam para as medidas socioeconômicas. Por exemplo, se coortes maiores se caracterizam por uma maior competição entre os seus integrantes e, portanto, por maiores taxas de desemprego e menor mobilidade social do que as coortes menores. Uma pergunta semelhante é se as coortes que passaram por eventos históricos marcantes, como a Grande Depressão dos anos 30 ou a Segunda Guerra Mundial, se caracterizam por comportamentos distintos durante a sua vida em relação às coortes que cresceram em outras condições.

Como se percebe, a variedade de temas abordados pela demografia econômica é grande e no âmbito de um livro introdutório como este não é objetivo tratar de todo o conteúdo já estudado. Recomenda-se aos leitores que procurem a literatura especializada sobre o tema, incluindo alguns compêndios mais recentes como, por exemplo, Piggott e Woodland (2016) e Lee e Mason (2011). Por essa razão, este capítulo focará apenas em alguns temas específicos, além daqueles tratados no Capítulo 3, escolhidos em função da sua importância histórica ou atual para a análise econômica. O foco principal será demografia econômica de abordagem macro. O primeiro tema a ser tratado no capítulo diz respeito à relação entre o crescimento demográfico e econômico. Embora a atenção dedicada a esse tema tenha diminuído muito nos últimos 50 anos, os debates continuam, particularmente na mídia não especializada. Em seguida, é tratada a relação entre a economia geracional e a transição demográfica, principalmente através dos dividendos demográficos. O capítulo discute ainda os principais conceitos usados pelos economistas para caracterizar a população em termos da sua condição frente ao trabalho: atividade, inatividade, ocupação, emprego e desemprego e as outras medidas derivadas a partir deles, tais como a razão de dependência econômica ou a razão de suporte. Finalmente, são apresentadas algumas das fontes de dados utilizadas pelos demógrafos-economistas.

14.2 DADOS USADOS NA DEMOGRAFIA ECONÔMICA

Embora muitas análises feitas na demografia econômica se baseiem no censo demográfico, a utilidade desta fonte de informação para a demografia econômica é mais restrita do que em outras áreas da demografia. Isso acontece, principalmente, por duas razões. Em primeiro lugar, a investigação das características econômicas das pessoas exige várias perguntas detalhadas que não podem ser feitas facilmente no contexto do censo. Isso vale, particularmente, para dados relativamente sensíveis como a renda pessoal. As pessoas tendem a declarar apenas a renda do emprego principal e muitas vezes omitem a renda derivada de atividades autônomas ou de aluguéis, aplicações financeiras etc. A recuperação desta informação exige perguntas mais específicas do que aquelas que tipicamente podem ser feitas no censo. Além disso, a periodicidade dos censos é tipicamente de 10 anos ou, no melhor dos casos, 5 anos. Isso é um tempo demasiado longo para muitos dos indicadores econômicos conjunturais como a evolução do emprego ou dos salários, que precisam ser medidos a cada trimestre ou mesmo mensalmente.

Não obstante, em países em que há escassez de informações domiciliares e registros administrativos sobre temas específicos da área de demografia econômica, como acontece na África Subsaariana e mesmo na América Latina, os dados do censo podem ser bastante úteis. Além disso, alguns projetos de integração e disseminação de dados censitários têm permitido que os pesquisadores possam obter microdados de censos para variáveis harmonizadas de vários países,

em diferentes pontos no tempo. Ver, por exemplo, o projeto IPUMS International coordenado pela Universidade de Minnesota (<https://international.ipums.org/international/>), já mencionado no Capítulo 4. Do ponto de vista do trabalho e renda, as perguntas mais comumente feitas nos censos demográficos são as seguintes:

- a) Se exerceu atividade econômica e qual foi ela, por um número mínimo de horas, num período de referência. Inclui atividades como trabalho remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios), trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado, ajuda sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de membro do domicílio (agregado familiar), e trabalho na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos membros do domicílio (agregado familiar). Por ser absolutamente fundamental, esta pergunta aparece em todos os censos brasileiros desde 1890, embora a sua formulação exata tenha variado no tempo. Alguns censos, como o de Portugal de 2011, fazem só uma pergunta genérica sobre se a pessoa trabalhou durante a semana de referência, mas entram em mais detalhes sobre as condições inativas (dona de casa, estudante, aposentado, incapacitado) ou de desemprego que poderiam explicar porque a pessoa não trabalha. Portugal também perguntou se as pessoas que atualmente não trabalham, trabalharam alguma vez no passado. Cabo Verde, em 2010, perguntou, além disso, há quanto tempo teriam trabalhado. Os censos da maioria dos PALOP, Macau e Timor-Leste juntaram os dois formatos perguntando na mesma questão, tanto sobre atividades econômicas quanto sobre condições inativas. Moçambique também incluiu uma pergunta dirigida a pessoas dedicadas ao lar para averiguar explicitamente se tinham alguma atividade informal além do trabalho doméstico. Guiné-Bissau, em 2009, fez uma pergunta semelhante. Cabo Verde, em 2010, fez várias perguntas mais ou menos equivalentes ao formato da pergunta feita no censo do Brasil, mas também perguntou sobre as diferentes formas de inatividade.
- b) Alguns censos, como o de Portugal de 2011, fazem só uma pergunta genérica sobre se a pessoa trabalhou durante a semana de referência, mas entram em mais detalhe sobre as condições inativas (dona de casa, estudante, aposentado, incapacitado) ou de desemprego que poderiam explicar porque a pessoa não trabalha.
- c) Número de trabalhos que a pessoa tinha e qual era o principal. Registra-se que Timor-Leste, no seu censo de 2015, também perguntou sobre a atividade principal e a secundária. O censo português de 2011 formulou a pergunta em termos de “profissão principal” e listou as atividades desempenhadas nesta profissão. Este tipo de formulação pode ser problemático em países onde muitos trabalhadores vivem de trabalhos ocasionais que não constituem propriamente uma profissão.
- d) Setor/ramo de atividade, ou seja, a atividade principal do empreendimento onde trabalhava. No Brasil esta pergunta foi introduzida em 1920. Atualmente, ela é feita em todos os censos dos países de língua portuguesa. Alguns censos, como os dos PALOP, perguntam sobre o tipo de empresa onde a pessoa trabalha: administração pública, empresa privada, empresa estatal, cooperativa etc.

- e) Posição na ocupação: empregador, empregado, autônomo, trabalhador não remunerado etc. Esta informação consta de todos os censos brasileiros desde 1940, que também diferencia trabalhadores e empregados com e sem carteira de trabalho (contrato de trabalho) assinada. O censo de 2000 também perguntou, especificamente, se a pessoa era funcionário(a) público(a) ou militar. Nem todos os censos fazem a pergunta sobre a posição na ocupação, no entanto. Ela não consta, por exemplo, dos censos dos PALOP, que em vez disso, tradicionalmente fazem a pergunta descrita em d). Macau tampouco fez a pergunta em 2006. O Censo moçambicano de 2017 juntou as categorias de d) e e).
- f) Número de empregados no estabelecimento onde trabalha. O censo brasileiro faz esta pergunta apenas para empregadores, mas outros censos, como o de Portugal, a fazem também a empregados.
- g) Contribuição para a Previdência Social. Essa é uma pergunta específica dos censos brasileiros, desde 1991.
- h) Nível de renda, diferenciado por ocupação principal e ocupações secundárias. O censo brasileiro é um dos poucos, junto com o de Macau, que, desde 1960, pergunta sobre esse tema. A maioria dos censos deixa estas perguntas para pesquisas especiais, já que a medição do nível de renda com apenas uma ou duas perguntas é pouco confiável, principalmente em economias onde as relações de trabalho são pouco formais.
- i) Número de horas trabalhadas por semana. Essa informação serve, entre outras coisas, para caracterizar o subemprego. No Brasil esta pergunta foi introduzida em 1970. Ela consta do censo de Portugal, de 2011, e Moçambique, de 2007 e 2017, mas não do censo de Angola, de 2014, da Guiné-Bissau, de 2009, e de Macau, de 2006. O censo de Timor-Leste de 2015 tampouco fez esta pergunta. Em vez disso, perguntou durante quantos dias a pessoa trabalhou durante o ano anterior.
- j) Se tomou alguma providência para conseguir trabalho, num período de referência. O objetivo dessa questão é determinar se a pessoa está desempregada ou economicamente inativa. No Brasil, ela começou a ser incluída em 1960. Os outros países de língua portuguesa também fazem essa pergunta, mas nem sempre de forma tão explícita; o censo de Moçambique de 2017, por exemplo, apenas inclui a alternativa “procurando trabalho”, entre os motivos para não trabalhar na semana de referência. O censo de Cabo Verde, de 2010, também perguntou sobre os eventuais motivos para não procurar trabalho.
- k) A disponibilidade da pessoa para trabalhar, supondo que houvesse trabalho disponível. Essa pergunta está presente nos censo do Brasil, Angola e Cabo Verde.
- l) Fontes de renda: trabalho, aposentadoria, bolsa de estudos, aluguéis, rendimentos financeiros etc. Esta pergunta é feita no Brasil e também em Portugal. Foi feita no censo de Cabo Verde de 2010, mas não consta dos censos dos outros PALOP e de Macau e Timor-Leste.

- m) Outras perguntas incluindo localização do trabalho, os meios de transporte para chegar nele e o tempo de viagem tipicamente gasto no deslocamento. Questões desse tipo foram incluídas na rodada (ronda) dos censos de 2010 de muitos países, entre os quais Brasil e Cabo Verde. O censo português de 2011 uniu estas perguntas às perguntas sobre a localização e transporte para chegar no local de estudo.

Além dos censos demográficos também existem os censos econômicos, que podem fornecer informação valiosa sobre o perfil da população economicamente ativa e seus locais de trabalho. No Brasil, houve censos agropecuários quinquenais nas décadas de 1970 e 1980, mas a partir de 1990 a periodicidade se reduziu, com censos em 1996, 2007 e 2017. O censo industrial foi realizado pela última vez em 1985; entretanto, a Pesquisa Industrial Anual (PIA) se manteve. Moçambique realiza um Censo Agropecuário (o último foi em 2009-10) e um Censo das Empresas (o último foi em 2014-15). Angola fez o seu segundo Censo das Empresas e Estabelecimentos em 2019 e no momento da publicação deste livro (em 2020) está realizando o trabalho de campo do seu primeiro Censo Agropecuário desde a Independência. Cabo Verde realiza anualmente um Inquérito às Empresas e de 5 em 5 anos um Recenseamento Empresarial (empresas e estabelecimentos). Realizou também em 2015 um Inquérito aos Orçamentos familiares (levantamento de dados durante 1 ano) e um Recenseamento Geral de Agricultura. A unidade de análise desses censos são a unidade de produção e não o trabalhador, de modo que a informação sobre a força de trabalho que pode ser extraída deles é bastante limitada.

Para obter maiores detalhes sobre diferentes aspectos da atividade econômica e a renda, e para dispor de informação mais frequente e atualizada, existem diferentes tipos de inquéritos. No Brasil, a PNAD tem sido o instrumento utilizado desde o final da década de 70 para recolher informações socioeconômicas anuais, à exceção dos anos censitários. Como se viu no Capítulo 4, a conversão da PNAD numa pesquisa contínua a partir de 2012 tem permitido a produção de estatísticas conjunturais mais frequentes, inclusive aquelas que antes eram obtidas por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Moçambique e Cabo Verde possuem pesquisas semelhantes, na forma do INCAF de Moçambique IMC de Cabo Verde.

Desde 1992, a PNAD investiga o trabalho de crianças de 5-9 (em alguns anos 5-17) anos, limite de idade inferior ao utilizado pelo censo, que inclui pessoas a partir de 10 anos. A PNAD também fornece mais detalhes sobre diferentes tipos de atividade econômica, por exemplo:

Para trabalhadores agrícolas:

- Se o empregado permanente recebe do empregador alguma área para produção particular;
- Existência de parceria do empregado permanente com o empregador;
- Forma de contratação do empregado temporário;
- Área total do empreendimento dos empregadores e trabalhadores por conta própria;
- Número de empregados permanentes e temporários contratados pelo empregador;

- Se no trabalho exercido é parceiro, arrendatário, posseiro, cessionário, proprietário ou outra condição;
- Se é associado à cooperativa de trabalho ou produção;
- Se houve venda de alguma parte da produção e para quem.

Para trabalhadores domésticos:

- Número de domicílios em que presta serviços domésticos;
- Se habitualmente exerce este trabalho pelo menos uma vez por semana;
- Número de dias semanais e mensais que exerce a atividade;
- Se tem carteira de trabalho assinada;
- Recebimento de auxílios de moradia, educação, alimentação, transporte e saúde ou reabilitação; etc.

Vale salientar que a partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho e força de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, por exemplo, as pessoas que trabalhavam para autoconsumo e em construção para o próprio uso, além daquelas enquadradas na posição de ocupações não remuneradas, para as quais passou a se aceitar uma carga horária mínima de apenas 1 hora semanal, quando anteriormente o limite mínimo era de 15 horas (Oliveira e Simões, 2005).

Outra fonte importante de informação são os diversos registros administrativos. Como já foi mencionado no Capítulo 5, no Brasil, a RAIS é uma base censitária, existente desde os anos 1970, que inclui informações obtidas a partir dos dados cadastrais das administrações públicas e do emprego formal no setor privado. A RAIS constitui uma valiosa fonte de dados para estudar as características da população economicamente ativa e contém informações tanto sobre os empregados e servidores públicos (idade, sexo, ocupação, renda, escolaridade, informações de admissão, transferência e desligamento etc.), quanto sobre os estabelecimentos (informações cadastrais e econômicas). Sua principal limitação é o fato de conter informações apenas para trabalhadores formais. Portanto, sua existência não elimina a necessidade de pesquisas domiciliares como os censos demográficos e as PNADs brasileiras.

As condições de vida da população não deveriam ser medidas, apenas, pelas pesquisas domiciliares e registros administrativos que levantam dados sobre trabalho e renda. Sendo assim, esforços para levantar dados sobre consumo, despesas, patrimônio (ativos) e endividamento (passivo) das famílias têm sido realizados em todo o mundo. Esse tipo de informação é fundamental para a estimação dos fluxos econômicos do ciclo de vida e análise da economia geracional, discutidos anteriormente. A partir de 1979, o Banco Mundial desenvolveu as pesquisas sobre padrões de vida (Living Standards Measurement Studies), visando oferecer informações comparáveis para países em desenvolvimento, que permitissem, principalmente, a mensuração da pobreza e desigualdade (Deaton 1997). Além de conter informações demográficas, de trabalho e renda, as LSMS contam com módulos sobre consumo (despesas) domiciliares e individuais, incluindo gastos com duráveis,

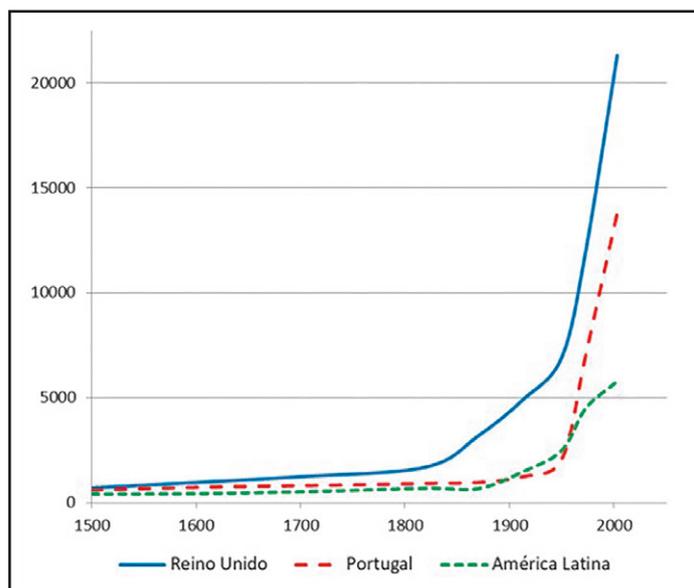
além de informações sobre transferências interdomiciliares, propriedade de ativos (imóveis, por exemplo) e endividamento.

No Brasil, o IBGE realizou a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), em 1996, tendo a LSMS como referência. A experiência não foi repetida em anos mais recentes. Uma alternativa às pesquisas sobre padrões de vida, são as pesquisas sobre orçamento familiar. Historicamente, sua função principal é atualizar os padrões de consumo das famílias, visando o cálculo mais apurado dos índices de inflação. No entanto, as informações de orçamento familiar também são bastante úteis para se medir as condições de vida das famílias e dos indivíduos por idade e sexo. No caso do Brasil, ainda nos anos 1970, o ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar) coletou informações dessa natureza, com foco no consumo de alimentos e medidas antropométricas para estimação das condições de nutrição da população. Desde os anos 1980, as Pesquisas sobre Orçamentos Familiares (POF) têm cumprido essa função, tendo sido realizadas nos anos de 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003, 2008-2009, e mais recentemente, em 2017-2018. Até 1995-1996, a abrangência da POF era limitada às regiões metropolitanas. A partir dos anos 2000, a pesquisa passou a ter abrangência nacional e incluiu mais itens sobre condições de vida, como por exemplo, a análise subjetiva das famílias sobre sua qualidade de vida. Do ponto de vista da demografia econômica, a principal contribuição das POFs é permitir a análise simultânea das estruturas de consumo (itens de aquisição coletiva e individual, além de consumo alimentar) e renda das famílias, com detalhamento sobre a composição dos gastos e o endividamento das famílias. Uma das principais dificuldades metodológicas para se trabalhar com os dados dessas pesquisas é a definição da unidade de análise (se individual ou domiciliar), já que há itens que são de aquisição coletiva no domicílio. Há inúmeros estudos econômicos que propõem soluções econométricas para a construção de escalas de equivalência para o consumo de crianças, jovens, adultos e idosos. O objetivo é individualizar os itens de despesa que são normalmente levantadas no nível domiciliar, como por exemplo, o consumo de água, luz, itens de manutenção e reparo dos domicílios, aluguel, entre outros (para maiores detalhes ver, por exemplo, Deaton, 1997).

14.3 CRESCIMENTO E TAMANHO POPULACIONAL E SUAS RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Como foi explicado no Capítulo 3, durante o século XX, especialmente em sua segunda metade, o desafio do crescimento demográfico acelerado nos países em desenvolvimento foi tema importante da agenda da demografia econômica. O debate, que não se restringia ao ambiente acadêmico, foi marcado por um certo temor quanto aos efeitos adversos da fase inicial da transição demográfica para o crescimento econômico desses países. Esse receio ocorreu a despeito do antecedente histórico dos países mais desenvolvidos. Nesses últimos, a queda de mortalidade com crescimento demográfico ocorreu simultaneamente ao crescimento econômico resultante da Revolução Industrial. Além disso, essa fase foi sucedida pela redução nos níveis de fecundidade, arrefecimento do aumento populacional, investimento em capital humano, aumento da participação feminina no mercado de trabalho, e sustentabilidade do crescimento da renda *per capita*. O Gráfico 14.1 mostra o rápido aumento da renda *per capita* do Reino Unido que começou na primeira metade do século XIX. Naquela época, a população também crescia, mas a taxas que nunca passaram de 2% ao ano, portanto a um ritmo inferior ao da renda total.

Gráfico 14.1: Renda *per capita* em termos de dólares internacionais (1990) para o Reino Unido, Portugal e América Latina (média), 1500-2003



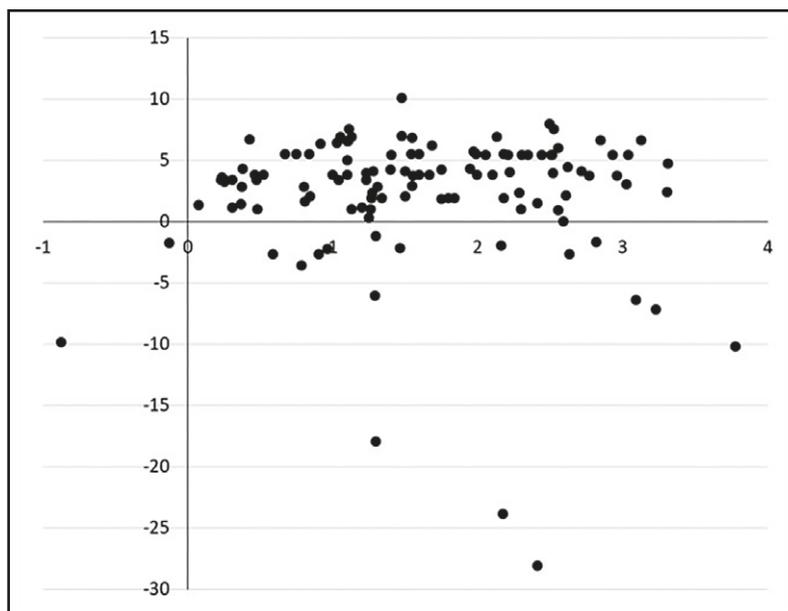
Fonte: Maddison (2007).

A questão da relação entre crescimento econômico e demográfico, quando trazida para o contexto dos países em desenvolvimento no século XX, deu origem a uma preocupação sobre em que medida o crescimento da população poderia comprometer o crescimento da renda, na ausência de investimentos suficientes para se evitar a redução da relação entre capital e trabalho. Temia-se que a transição de fecundidade não acontecesse ou demorasse muito para ocorrer sem a adoção de políticas específicas. Em análise para a Índia e o México, por exemplo, Coale e Hoover (1966) examinaram os desdobramentos econômicos do crescimento demográfico, com ênfase no grupos etários mais jovens e adultos. Os autores estimaram que para cada por cento de crescimento demográfico, os países teriam que investir 3% do seu PIB na expansão da sua infraestrutura social e econômica, incluindo escolas, postos de saúde e capital de trabalho, para que a população adicional pudesse viver nas mesmas condições que a existente. Considerando que a poupança na maioria dos países em desenvolvimento dificilmente superava os 20%, restariam poucos recursos para se investir no aumento da produtividade.

Embora existam diferenças fundamentais entre a tese original de Malthus, do século XVIII, e a preocupação com o crescimento econômico no século XX, trabalhos como o de Coale e Hoover resultaram numa apreensão de parte da sociedade com o contexto da época, numa visão batizada por alguns de neoMalthusiana. Por outro lado, outra corrente de cientistas (Boserup, 1965; Simon, 1986) argumentava em sentido oposto, de que o crescimento demográfico e o aumento da densidade populacional poderiam desencadear processos de criatividade, inovação, urbanização, especialização do trabalho e investimentos que tinham o potencial de aumentar a produtividade da economia (Lee-Boserup-Malthus). Nesse mesma linha, autores como Singer (1970) propunham que certo nível de crescimento demográfico, durante a fase da industrialização da economia, poderia ajudar a mudar a estrutura da produção, tornando-a mais autônoma e menos dependente de mercados externos.

Além das duas visões opostas, haveria ainda uma terceira hipótese para examinar essas relações: a de que existiria pouca ou nenhuma relação sistemática entre o crescimento da renda e da população. O Gráfico 14.2, que retrata a situação em 116 países de renda baixa e média em 2016, parece sugerir isso. Embora a relação destacada seja negativa, ela é relativamente fraca ($r = -0.20$). Esse padrão já tinha sido observado por Kuznets (1979: Cap. 1). No entanto, Eastwood e Lipton (2001) argumentam que esse tipo de análise requer a distinção das situações onde o crescimento demográfico é baixo em decorrência de altas taxas de mortalidade e de fecundidade daquelas em que o baixo crescimento resulta de baixas taxas de mortalidade e de fecundidade. Um baixo crescimento populacional devido a altas taxas de mortalidade não deveria apresentar nenhuma vantagem econômica pois aumenta a ineficiência e destrói capital humano potencial. Portanto, ainda que existam trajetórias semelhantes para os vários países, é necessário examinar as relações entre os crescimentos demográfico e econômico no contexto de cada país.

Gráfico 14.2: A relação entre crescimento demográfico (horizontal) e crescimento do PNB (vertical) em 116 países em desenvolvimento (2016)



Fontes: Divisão de População das Nações Unidas, Revisão de 2017 e Fundo Monetário Internacional.

Houve várias tentativas de avaliar as evidências a favor e contra cada uma destas teses de uma forma sistemática. Uma publicação importante neste sentido foi o trabalho da National Research Council dos EUA, de 1986. Num artigo mais recente, Lam (2011) examinou o comportamento de diferentes variáveis econômicas e demográficas durante o período de debate mais acalorado da segunda metade do século XX. Ele lembra, em primeiro lugar, que a preocupação que havia nos anos 1960 com o crescimento populacional explosivo, difundida por Ehrlich (1968), não se confirmou nas décadas seguintes. A taxa média de crescimento da população mundial que se encontrava em seu nível mais alto nos anos 1960, decresceu nas décadas seguintes, com o avanço da transição demográfica na Ásia e na América Latina. Ao mesmo tempo, houve um rápido crescimento na produção total de alimentos com elevação na quantidade de alimentos *per capita*. Além disso, embora

o crescimento econômico nem sempre traga redução da pobreza, desde 1980, a pobreza extrema no mundo diminuiu muito significativamente. Segundo Lam (2011), o percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza, nos países de renda média e baixa, diminuiu de valores próximos a 50% para níveis inferiores a 30%. Sinding (2009) chama a atenção para o fato de que a maior parte da queda da pobreza ocorreu na Ásia, principalmente na Ásia Oriental, com o exemplo mais contundente da China. Mas também houve reduções muito significativas da pobreza em países como Indonésia, Tailândia e Vietnã. Todos esses são países que também registraram quedas significativas da sua fecundidade ao longo do período e Sinding atribui parte da redução da pobreza a esta circunstância. Entretanto, é preciso apontar que também há exemplos de países (Burquina Faso, Níger, Senegal, Egito, Quirguistão, Paquistão, Guatemala) que conseguiram reduções significativas nos seus níveis de pobreza extrema, apesar de uma fecundidade ainda relativamente alta. Segundo Lam (2011), outros fatores, para além dos demográficos, permitiram a melhoria nos indicadores de bem-estar social e econômico desde os anos 1960, incluindo reformas liberais nos mercados de produção de alimentos, inovações tecnológicas, e a integração das economias locais no processo de globalização.

Enquanto na segunda metade do século XX, o debate foi dominado pelas preocupações com o crescimento demográfico acelerado dos países em desenvolvimento, mais recentemente, com a queda da fecundidade para níveis abaixo do nível de reposição, tem havido uma crescente apreensão com o baixo crescimento demográfico. Esse tema é debatido especialmente em países de renda mais alta, que foram os pioneiros da transição demográfica. No entanto, aos poucos, o assunto tem sido tratado também por países de renda média que vêm realizando a transição demográfica de forma muito acelerada. Como se mencionou na seção 3.4 do Capítulo 3, em 2015, já havia 55 países cuja política oficial era aumentar a fecundidade, para fazer frente ao baixo crescimento demográfico, incluindo países como Chile, China, Cuba, as duas Coreias, as Ilhas Maurícias, Irã, Mongólia, Singapura, Tailândia e Turquia. Boa parte dos efeitos negativos do baixo crescimento demográfico não se relaciona diretamente com o crescimento ou com o nível de fecundidade em si, mas com a estrutura etária envelhecida que é uma das principais consequências do baixo crescimento demográfico no longo prazo.

Entre as preocupações mais frequentemente levantadas nos países que enfrentam baixas taxas de crescimento, há pelo menos duas que são sempre abordadas. A primeira, mais relacionada à lógica econômica, diz respeito exatamente ao envelhecimento populacional e suas consequências fiscais, distributivas e para o crescimento econômico. Além disso, principalmente em alguns países da Europa e da Ásia, há uma preocupação com o desaparecimento da identidade nacional. No Leste Europeu existem várias descrições pitorescas que fazem referência ao fenômeno como a “Cruz Russa” ou a “Peste Branca”, mas também não faltam manifestações desse tipo na Europa Ocidental. Por exemplo, em 11/5/2019, a versão internacional do jornal *El País* publicou um artigo com o título “Os portugueses se extinguirão neste século?” Em países com minorias étnicas significativas, esses medos muitas vezes se misturam com preocupações referentes ao equilíbrio étnico do poder. Por exemplo, em Belize, na América Central, o grupo dominante são os “creoles”, uma mistura anglófona de brancos e africanos, que têm taxas de fecundidade baixas. Enquanto isso, os indígenas que falam espanhol e diferentes idiomas maya têm taxas de fecundidade mais altas e, em algum momento, poderiam tornar-se o principal grupo populacional. A preocupação com o baixo crescimento demográfico também se junta

muitas vezes com questões militares, principalmente em países como a Rússia onde o número de homens em idade para o alistamento militar está diminuindo a cada ano.

Vale destacar que o baixo crescimento demográfico não é visto necessariamente como um problema entre os ambientalistas, pelo contrário. Uma parte importante da discussão dos anos 1960 dizia respeito à possibilidade de esgotamento dos recursos naturais em função da combinação do aumento populacional e do consumo não sustentável. Mesmo com a redução no ritmo de crescimento demográfico observado nas últimas décadas, teme-se que a degradação ambiental já tenha atingido níveis que colocam em risco a vida no planeta (Alves, 2019 a). Nesse sentido, uma redução mais rápida do crescimento populacional poderia compensar parte dos efeitos nocivos do crescimento econômico para a natureza, embora o ideal, segundo Alves, seja uma combinação de mudanças demográficas e econômicas que nos coloquem na rota da sustentabilidade.

Uma questão que costuma criar muita confusão é a diferença entre os efeitos do crescimento da população e do tamanho da população. Principalmente em países pequenos como as ilhas do Caribe ou Cabo Verde ou São Tomé & Príncipe, às vezes se ouve o argumento de que o crescimento demográfico é benéfico em função das vantagens de economias de escala auferidas por uma população grande. Essas vantagens não deixam de ser reais. Países com populações muito pequenas enfrentam, sem dúvida, obstáculos associados à falta de um mercado interno de porte suficiente para sustentar determinados tipos de atividade econômica. Por essa razão, tendem a ser mais dependentes dos mercados externos (Lederman e Lesniak, 2017). Entretanto, isso não significa que uma maior taxa de crescimento demográfico ajudaria, necessariamente, o desenvolvimento econômico desses países. Em primeiro lugar, o crescimento demográfico, independentemente do tamanho da população, tem seus próprios custos e benefícios. Portanto, um país pequeno com uma taxa de crescimento demográfico elevada pode sofrer, simultaneamente, os efeitos negativos do rápido crescimento e do tamanho reduzido da sua população. Além disso, no caso de países que, além de ter uma população pequena, também possuem um território muito reduzido, é preciso contabilizar – além dos custos do crescimento – os custos ambientais associados a uma densidade demográfica muito elevada. Finalmente, os tamanhos de população que seriam necessários para a obtenção de economias de escala significativas estão geralmente fora do alcance de países com populações muito reduzidas, mesmo que eles consigam manter uma taxa elevada de crescimento demográfico durante um tempo prolongado. Uma estratégia muito mais viável para promover economias de escala, nestes casos, é a integração econômica com outros países, em situações semelhantes, principalmente em regiões como o Caribe, onde a maioria dos países enfrenta os mesmos problemas.

Outro argumento a favor de uma população maior é a ideia popularizada por Simon (1986) de que haveria uma relação direta entre o número de habitantes de um país e o número de ideias criativas capazes de avançar o seu desenvolvimento. Entretanto, a evidência a favor dessa tese é escassa. Por exemplo, tomando como critério o número de ganhadores de Prêmios Nobel (excluindo os prêmios de literatura e paz), verifica-se uma relação fraca com o tamanho da população, mas boa parte dessa relação vem por conta do peso desproporcional dos EUA. Excluindo os EUA, os outros sete países maiores do mundo (China, Índia, Indonésia, Paquistão, Brasil, Nigéria e Bangladesh) conjuntamente detêm menos Prêmios Nobel do que a Suíça, Países Baixos, Áustria ou Suécia individualmente. Evidentemente, o uso do Prêmio Nobel como critério é discutível, mas se for usado o Índice Global de Inovação (Dutta, Lanvin e Wunsch-Vincent, 2018), que mede a inovação de uma

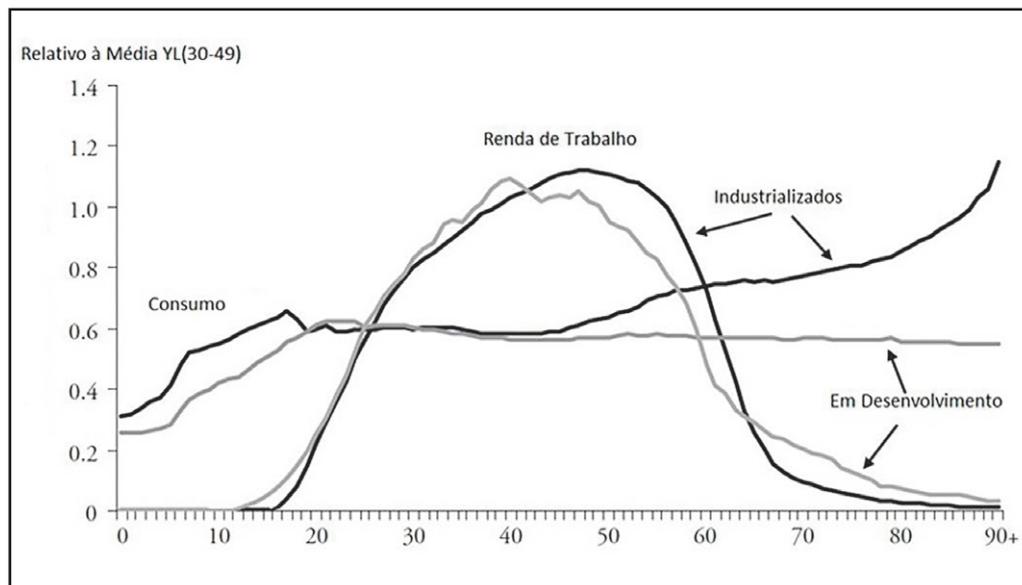
forma mais abrangente, os resultados se tornam até mais contundentes. Com a exceção dos EUA, Reino Unido e Alemanha, os países melhor classificados neste índice são todos pequenos: Suíça, Países Baixos, Suécia, Singapura, Finlândia, Dinamarca e Irlanda.

Portanto, de uma maneira geral é muito difícil definir o tamanho ideal de uma população. Esse tipo análise envolve vários fatores, muitos dos quais podem sequer ter relação com a dinâmica demográfica. O nível ótimo depende de fatores como a tecnologia da produção, as relações comerciais com outros países, as eventualidades políticas e vários outros fatores que são inerentemente dinâmicos, de modo que qualquer ótimo, mesmo que pudesse ser calculado, estaria constantemente mudando. Além disso, corre-se o risco de apresentar uma visão mais normativa da demografia, baseada em juízos de valor. O que é ótimo do ponto de vista da maximização da renda *per capita* pode não ser ótimo do ponto de vista da preservação do meio ambiente ou do ponto de vista da qualidade de vida não material, e o ótimo pode ser distinto para diferentes segmentos ou classes sociais da população.

14.4 A ECONOMIA GERACIONAL

A demografia econômica não se limita ao estudo das consequências do tamanho populacional e do crescimento demográfico. Há muitas outras dimensões demográficas que podem afetar o desenvolvimento econômico. A distribuição da população por idade é uma delas. Mason e Lee (2010) fornecem um resumo em português dos principais efeitos envolvidos nesta relação. Turra (2018) descreve os principais modelos demográfico-econômicos que combinam modelos de população por idade com funções econômicas que são típicas do ciclo de vida. Esses arcabouços se baseiam no ponto fundamental de que o ciclo de vida econômico é marcado por algumas fases bastante distintas. Indivíduos de diferentes idades têm necessidades e habilidades específicas. Em geral, crianças e jovens são considerados economicamente deficitários, pois apresentam pouca capacidade de geração de renda e precisam de investimentos na sua subsistência e no seu capital humano na forma de educação e saúde (Gráfico 14.3). Os adultos jovens e maduros são potencialmente superavitários, pois sua capacidade de gerar renda é superior à sua necessidade de consumo. Por fim, os idosos são, em sua maioria, economicamente deficitários, na medida em que seu potencial de geração de renda diminui frente às suas necessidades de consumo. Esse é um padrão que se repete em todas as sociedades contemporâneas, apesar das estratégias de alocação dos recursos no ciclo de vida variarem em razão de aspectos culturais, sociais e econômicos de cada população (Turra 2018). Os indivíduos dispõem de três formas principais de alocação de recursos: crédito/empréstimos, transferências (públicas e privadas) e acumulação de capital. Esses sistemas são processados no âmbito de três instituições: o mercado, a família e o setor público, cujos papéis são distintos em cada país (Lee, 1994). As transferências públicas e privadas, que normalmente se originam na população em idade ativa, e a acumulação de capital são, em geral, os principais instrumentos que garantem a sobrevivência nas fases economicamente dependentes.

Gráfico 14.3: Renda do trabalho e consumo *per capita*: perfis etários de quatro países de renda alta (Japão, Alemanha, Suécia e EUA) e quatro países de renda média (Índia, Indonésia, Quênia e Filipinas)



Fonte: National Transfer Accounts.

Como aponta Turra (2018), vários economistas e demógrafos já trataram das interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo de vida econômico, tendo examinado seus efeitos, por exemplo, para o crescimento econômico, desigualdades inter e intrageracionais, equilíbrio fiscal, formação de poupança e uso do tempo em atividades domésticas. Samuelson (1958) foi um dos primeiros a examinar parte dessas relações fazendo uso de um modelo simplificado para uma economia sem poupança. Esse modelo foi reformulado por Lee (1980), que explicitou mais detalhadamente a componente demográfica. Modelos mais recentes têm calculado trajetórias do produto *per capita* com base em vários cenários demográficos, considerando diferentes hipóteses para o efeito do aprofundamento do capital, a propensão dos pais a substituírem quantidade por qualidade dos filhos e participação na força de trabalho (Ashraf, Karlan e Yin, 2006; Lee e Mason, 2010; Mason, Lee e Jiang, 2016).

O que é importante destacar no âmbito de um livro introdutório, é que uma vez que as funções econômicas variam com a idade, eventuais mudanças na estrutura etária, como as que acontecem durante a transição demográfica, alteram os valores agregados dessas funções em cada período com impactos para o crescimento econômico e a distribuição de recursos entre grupos populacionais. Por exemplo, como já foi discutido anteriormente, os primeiros estágios da transição demográfica se caracterizam por uma estrutura etária jovem, na qual até 50% da população pode ter menos de 15 anos. Isso implica numa grande carga de dependência econômica no início da transição demográfica, principalmente na medida que o país se urbaniza e as demandas por educação aumentam. Entretanto, uma população jovem também tem vantagens, uma vez que os jovens têm mais potencial para absorver novas tecnologias e formas de trabalho. Os jovens também estão mais dispostos a assumir riscos. Com o avanço da transição demográfica e o envelhecimento populacional, há uma mudança no número relativo de crianças e idosos em relação aos adultos, o que modifica o tamanho e as necessidades de consumo e de geração de renda, resultando em oportunidades de

crescimento e desenvolvimento econômico, mas também em desafios para as famílias e para o setor público, principais fontes de suporte, via transferências intergeracionais, para os mais velhos.

Uma população envelhecida é o estágio final da transição de estrutura etária que ocorre com a transição demográfica. Até que isso aconteça, a estrutura etária de uma população passa por um profundo processo de mudanças, primeiro com o crescimento relativo no número de adultos jovens e redução no número de crianças, em seguida com o aumento da participação de adultos maduros e finalmente, com aumento relativo no número de idosos, até que as mudanças percam força e a estrutura por idade se estabilize. Duas formas de se medir as consequências desse processo para o crescimento econômico, no âmbito da demografia econômica e que têm como arcabouço o ciclo de vida descrito na Figura 14.3, são os chamados bônus ou dividendos demográficos (Bloom, Canning e Sevilla, 2003). O primeiro desses dividendos é fruto, exclusivamente, de mudanças na estrutura etária, através do aumento da participação relativa da população em idade ativa. Trata-se de um efeito temporário. Até que a proporção de idosos cresça mais rápido do que a população total, há um período de aproximadamente 50 anos (dependendo do ritmo de queda da fecundidade) em que a população em idades produtivas cresce mais rapidamente que os demais grupos de idade. Esse efeito constitui, potencialmente, um estímulo ao crescimento econômico, pelo crescimento da renda total em relação ao consumo total, desde que existam condições complementares para se tirar proveito da conjuntura demográfica favorável. A mais longo prazo, a redução da fecundidade faz com que o tamanho da força de trabalho se reduza enquanto o tamanho relativo da população idosa aumenta. A janela de oportunidade do primeiro dividendo se fecha e o crescimento econômico se torna mais lento, podendo inclusive se tornar negativo pelo efeito exclusivo do envelhecimento populacional.

Entretanto, existe a possibilidade de um segundo dividendo emergir, que pode ser mais permanente do que o primeiro (Lee e Mason, 2006). Ele decorre, em primeiro lugar, de um incentivo da dinâmica demográfica à mudança no comportamento dos indivíduos. Na medida em que a mortalidade diminui e a esperança de vida dos idosos aumenta, as pessoas que estão em idade ativa têm um incentivo para acumular recursos para fazer frente a uma velhice mais longa, principalmente em situações onde não podem partir do pressuposto de que as suas necessidades serão satisfeitas pelas transferências intergeracionais familiares ou via setor público. Se esses recursos acumulados são investidos produtivamente, podem favorecer o crescimento econômico. Além disso, em média, as pessoas mais velhas possuem mais capital acumulado do que as mais jovens. Portanto, mesmo que não haja mudança comportamental, o envelhecimento da estrutura etária, por si só, pode levar a um aumento da relação capital-trabalho na economia com reflexos positivos para o crescimento econômico. Mais do que isso, com um número de crianças decrescente, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, há a possibilidade de maiores investimentos em capital humano por criança, com impactos positivos adicionais para a produtividade da economia.

Nos países de desenvolvimento médio da Ásia e América Latina, o dividendo demográfico surgiu como um produto natural secundário da transição demográfica que alguns países souberam aproveitar melhor do que outros. No caso da África Subsaariana, entretanto, a transição demográfica na maioria dos países ainda é muito incipiente e o primeiro desafio que surge é a questão como o processo pode ser acelerado para criar as condições iniciais para um dividendo. Vários países, com o apoio dos organismos internacionais, atualmente estão tentando desenhar

extratégias neste sentido. Para um exemplo de Moçambique, consulte-se Arnaldo (2015), Cau e Arnaldo (2015) e Arnaldo, Cau e Maungue (2015). Em Angola, uma primeira tentativa de análise foi realizada pelo MEP (2019). Entretanto, existem dúvidas consideráveis sobre a factibilidade de um dividendo demográfico no contexto africano e alguns demógrafos economistas temem que os efeitos negativos da transição demográfica na África Subsaariana também podem ser significativos (ver, por exemplo, Canning, Raja e Yazbeck, 2015).

Neste contexto, todos autores que têm examinado os dividendos demográficos enfatizam que os benefícios do primeiro e especialmente do segundo não são automáticos, mas dependem da implementação de políticas públicas adequadas, ainda que haja uma certa variação nas políticas identificadas. No caso do primeiro dividendo, a literatura enfatiza a importância de políticas de saúde e educação que maximizem o capital humano, principalmente dos jovens entrando no mercado de trabalho, como forma de mudar a composição da força de trabalho ampliando o efeito do simples aumento da população em idade ativa. Também há consenso sobre a importância de políticas que promovam o emprego para uma força de trabalho em expansão, bem como maior igualdade de gênero no mercado de trabalho e na divisão de tarefas domésticas e de cuidado para possibilitar uma maior participação das mulheres nas atividades de mercado (Wajnman, 1997; Wajnman; Rios-Neto, 1999; Barbosa Filho et al., 2016). Uma vez que o maior investimento em educação e a maior igualdade de gênero aumentam a renda dos trabalhadores, favorecendo o crescimento total da renda, eles também tem sido chamados de bônus – bônus de educação e de gênero – pois agem no sentido exatamente de ampliar o efeito puramente demográfico do primeiro dividendo. Cuaresma, Lutz e Sanderson (2014) sugerem, inclusive, que todo o dividendo demográfico pode ser considerado, no fundo, um bônus de educação. Por outro lado, também se pode argumentar pela causalidade inversa, na qual o dividendo demográfico é identificado como um dos fatores principais que estimulam a matrícula escolar (ver, por exemplo, Riani e Rios-Neto, 2007).

O segundo dividendo só pode se potencializar na medida em que as pessoas efetivamente poupem para a sua velhice e apliquem seus investimentos em mercados de capital eficientes, que canalizem os recursos poupados para atividades produtivas. Lee e Mason (2006) escrevem o seguinte a respeito desse ponto:

Na medida em que os países enfrentam o desafio do envelhecimento pela expansão dos programas não financiados de transferência familiar ou pública, o crescimento dos ativos será reduzido e o segundo dividendo será diminuído. Em contraste, se os trabalhadores são encorajados a poupar e acumular fundos de pensão, o envelhecimento da população pode impulsionar o capital por trabalhador, o crescimento da produtividade e a renda *per capita*. Assim, os formuladores de políticas, especialmente nos países em desenvolvimento, precisarão se concentrar no estabelecimento de sistemas financeiros sólidos, confiáveis e acessíveis aos milhões que desejam garantir seus futuros financeiros. O tempo para fazê-lo é agora para que, à medida que a população envelhece, seu potencial indutor de crescimento seja alcançado (Lee e Mason, 2006: parágrafo final).

O combate à corrupção também é amplamente reconhecido como uma das políticas públicas que podem garantir que o capital humano e financeiro seja usado de forma eficiente (Gyimah-Brempong, 2002; Bah e Fang, 2015). Alguns autores também enfatizam a importância de mercados abertos e internacionalmente competitivos. Há, portanto, inúmeros aspectos institucionais que precisam estar sendo sempre aprimorados para que os efeitos da transição demográfica sobre a economia não sejam pouco aproveitados.

Há vários estudos que procuram medir o papel dos dividendos demográficos para o crescimento econômico dos países, tentando sempre isolar seus efeitos puramente demográficos de outros associados a eles. Por exemplo, um estudo atribuiu cerca de um terço do “Milagre Econômico” dos países do Leste Asiático, ocorrido no final do século passado, ao efeito da transição demográfica (Birdsall, Kelley e Sinding, 2001). Em outro estudo que envolveu informações transversais para 86 países entre as décadas de 60 e 90, Kelley e Smith (2005) estimaram que as mudanças demográficas no seu conjunto (dependência, tamanho e densidade) foram responsáveis por 20% do crescimento observado para vários países, sendo os maiores efeitos observados na Europa e na Ásia. Mais especificamente, Mason (2005) estimou o tamanho potencial de cada um dos dividendos demográficos, em diferentes partes do mundo, entre 1970 e 2000. Os resultados são apresentados na Tabela 14.1 abaixo. O autor comparou o crescimento propiciado pelos dividendos com o efetivamente ocorrido (última coluna da tabela), enfatizando o fato já discutido anteriormente, de que não são todas as regiões do mundo que têm transformado a transição demográfica em crescimento econômico. Nota-se, por exemplo, que a soma dos dividendos produziu um crescimento potencial no Leste e Sudeste da Ásia igual a 1,90% ao ano, enquanto o crescimento efetivo foi igual 4,32% ao ano, portanto, superior ao potencializado pelos dividendos. Por outro lado, na América Latina, cujo dividendo potencial era quase do mesmo tamanho (1,70%), o crescimento médio foi de apenas 0,94% ao ano.

Tabela 14.1: Contribuição do primeiro e segundo dividendos demográficos para o crescimento econômico *per capita* entre 1970 e 2000

| | Contribuição ao PIB/cap. | | | Crescimento Efetivo do PIB/cap. |
|--------------------------------|--------------------------|---------|-------|---------------------------------|
| | Primeiro | Segundo | Total | |
| Economias Industrializadas | 0,34 | 0,69 | 1,03 | 2,25 |
| Leste e Sudeste da Ásia | 0,59 | 1,31 | 1,90 | 4,32 |
| Sul da Ásia | 0,10 | 0,69 | 0,79 | 1,88 |
| América Latina | 0,62 | 1,08 | 1,70 | 0,94 |
| África Subsaariana | 0,09 | 0,17 | 0,08 | 0,06 |
| Meio Oriente e Norte da África | 0,51 | 0,70 | 1,21 | 1,10 |
| Economias em Transição | 0,24 | 0,57 | 0,81 | 0,61 |
| Ilhas Pacíficas | 0,58 | 1,15 | 1,73 | 0,93 |

Fonte: Mason (2005).

O reduzido crescimento das economias latino-americanas durante o período da análise sugere que a região desperdiçou parte de seus dividendos. Turra (2018) oferece a seguinte análise dos fatores que efetivamente podem ter contribuído para reduzir o impacto principalmente do segundo dividendo, no contexto brasileiro:

Nesse contexto, quais fatores explicariam a discrepância entre o efeito positivo medido pelo segundo dividendo demográfico e os resultados da produtividade observados no Brasil? Mais ainda, se há razões ligadas ao ciclo de vida que afetam a taxa de poupança doméstica, essa não deveria, em alguma medida, estar associada ao investimento em capital físico? Já foi demonstrado que aumentos na taxa de investimento em capital fixo no Brasil dependem da utilização de poupança externa (...), e que a poupança doméstica contribuiu relativamente

pouco para o crescimento econômico do país (...). A taxa de poupança no Brasil não é baixa só em função da “despoupança” do setor público, mas também concentrada entre famílias de mais alta renda (...). Além disso, sua composição é majoritariamente de curto prazo, refletindo a estrutura de contabilidade intergeracional no país, com alta prevalência de transferências públicas para os idosos, o que garante uma elevada taxa de reposição da renda do trabalho e menor necessidade de ativos com maturação de longo prazo (...).

Sendo assim, é possível que a expansão dos sistemas públicos de transferências intergeracionais tenha reduzido o efeito do segundo dividendo demográfico nas décadas passadas. Da mesma forma, simulações com base em modelos de gerações superpostas apontam para um papel crescentemente adverso do modelo previdenciário atual para as taxas futuras de poupança doméstica no país. Caso o envelhecimento populacional, e o conseqüente aumento de despesas com aposentadorias e pensões, seja equilibrado com maior tributação dos adultos (ou mais dívida do setor público), pode-se esperar uma redução ainda maior na capacidade das famílias de poupar. Para piorar, os ganhos de longevidade na fase de aposentadoria que em tese constituem um fator de incremento do segundo dividendo dificilmente se converterão em estímulos para a poupança no ciclo de vida, caso seja mantido o atual modelo (...).

O segundo canal de conexão mais óbvio entre a dinâmica demográfica e o aumento da produtividade da economia é o investimento em capital humano. (...) No caso brasileiro, há evidências empíricas robustas de que a redução no crescimento demográfico, especialmente da população em idade escolar, favoreceu o aumento da matrícula escolar no país (...). No entanto, em que pese o efeito positivo da dinâmica demográfica e o da expansão das políticas de ensino público e privado no país para a melhoria do perfil de escolaridade da população adulta, a contribuição do capital humano para o crescimento do produto per capita foi significativamente menor do que o esperado (...). Se, de um lado, houve uma melhoria na quantidade de capital humano, o que favoreceu o aumento da produtividade do trabalho (...), de outro lado, houve uma queda na produtividade média da educação em função da maior absorção da oferta de trabalho em setores da economia brasileira que têm baixa taxa de conversão de capital humano em produtividade, como é o caso do setor de serviços tradicionais (...) (Turra, 2018: 300:302).

Fica claro pelos pontos acima, que em alguns países como o Brasil, a estrutura do ciclo de vida econômico, marcada pelo excesso de transferências públicas para os idosos, impõe dificuldades adicionais para a efetivação dos dividendos demográficos. Isso acontece porque a pressão fiscal sobre o setor público tende a crescer com o envelhecimento populacional. Além disso, devido à forte redução da fecundidade, o envelhecimento demográfico ocorreu de forma muito rápida e intensa, com implicações importantes para as políticas públicas e sua capacidade de adaptação a um novo contexto demográfico. Turra (2018) expressa a opinião de muitos demógrafos, ao indicar que as conseqüências do envelhecimento para as políticas públicas no Brasil, embora previsíveis, foram ignoradas durante muito tempo:

Embora boa parte das conseqüências da transição demográfica tenha sido antecipada por demógrafos brasileiros há pelo menos 35 anos (...), é desalentador notar que pouco do que apontávamos tenha sido considerado na formulação das políticas sociais e econômicas no país. (...) O resultado é que o Brasil é hoje um dos países no mundo que proporcionalmente mais transfere recursos para os idosos, líquidos de impostos e contribuições, em relação a crianças e jovens, mesmo quando comparado a países que estão em estágios mais avançados da transição demográfica (...). Esse modelo foi adotado a despeito de já sabermos, antes do seu pleno desenvolvimento, que o envelhecimento populacional seria inevitável. Nossa passividade com relação ao futuro colocou em risco direitos que foram prometidos e que inevitavelmente se limitarão a algumas poucas gerações (Turra, 2018: 284).

Não fosse o aumento temporário da participação da população em idade ativa no Brasil, magnificado pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o crescimento da renda nacional, para fazer frente a novas demandas de políticas públicas, teria sido ainda mais prejudicado pela estrutura social, econômica e institucional do país (Turra 2018). Wong e Carvalho (2006 a)

já haviam demonstrado que o tamanho e a participação da população brasileira de 65 anos e mais¹ aumentaria continuamente durante a transição demográfica, aproximando-se de 20% da população total em 2050. Esse valor é superior ao observado na Itália no ano de 2000, país mais envelhecido da Europa, que tinha 18,2% da sua população acima dos 65 anos. Wong e Carvalho também chamavam a atenção para algumas das consequências principais do envelhecimento populacional no contexto do Brasil. Por um lado, o menor número relativo de crianças e adolescentes criaria condições mais favoráveis para a melhoria dos padrões nutricionais infantis e para o desenvolvimento de políticas de educação universais e de qualidade. Por outro lado, o envelhecimento cobraria seu preço através de maiores volumes de transferências intergeracionais para os idosos. Ou seja, optou-se por uma combinação de políticas públicas a qual garantiu baixas taxas de pobreza entre os mais velhos, mas colocou o orçamento fiscal em cheque, em função do rápido envelhecimento populacional (Turra 2018). Vários outros trabalhos examinaram a questão das transferências intergeracionais públicas e as consequências fiscais do envelhecimento populacional. Por exemplo, simulações realizadas sugerem que a distribuição etária da população brasileira mais favorável do ponto de vista fiscal foi a prevalente no ano de 2000. Desde então, a razão de suporte demográfica-fiscal tem continuamente deteriorado, sobrecarregando sucessivas gerações de adultos (Miller, 2011; Turra, Queiroz e Mason, 2015).

Vale lembrar, entretanto, que a pergunta sobre se há uma estrutura etária ótima para determinada população não tem uma resposta única, da mesma forma como a pergunta acerca do seu tamanho ótimo. A resposta para essa questão depende do indicador econômico usado, da estrutura da economia geracional de cada país, bem como da velocidade da transição demográfica e da capacidade de adaptação de cada sociedade a ela. Por exemplo, como visto no caso do segundo dividendo demográfico, a quantidade de poupança disponível para o investimento tende a ser maior em populações mais envelhecidas, bem como o investimento por criança em saúde e educação. Consequentemente, a produtividade da economia pode crescer, compensando parte das dificuldades fiscais discutidas anteriormente. Em trabalho recente, Lee, Mason e os membros da rede NTA (2014) sistematizaram alguns dos critérios possíveis sobre esse tema, com base em dados de 40 países participantes no projeto NTA. Embora o raciocínio subjacente aos cálculos fosse a estrutura etária ótima, os autores optaram por formular os resultados de cada critério em termos de uma TFT ótima de longo prazo, chegando aos valores mostrados na Tabela 14.2. Os autores estimam a TFT ótima que maximizaria o número efetivo de contribuintes por beneficiários (FSR), o número efetivo de produtores por consumidor (SR), o consumo *per capita* num cenário de baixa intensidade de capital (Consumo 1), e o consumo *per capita* num cenário de alta intensidade de capital (Consumo 2). Observa-se uma grande variação nos resultados, o que reflete especialmente a estrutura etária das funções econômicas – renda, consumo e transferências públicas – em cada país.

¹ Esses limites de idade são relativamente arbitrários e sujeitos a redefinição. No fim de 2018, o Congresso Nacional da Sociedade Italiana de Gerontologia e Geriatria decidiu que, dadas as melhorias na condição de saúde da população italiana, o limite de idade para a velhice devia ser aumentado para 75 anos. Mesmo no Brasil, o limite de 60 anos tem sido criticado como excessivamente baixo (Camarano, 2013 a), mas se baseia nos critérios internacionais adotados pelas Nações Unidas para os países em desenvolvimento.

Tabela 14.2: TFTs para o período 2005-2010 e TFTs de longo prazo que maximizam objetivos econômicos alternativos para países selecionados do projeto NTA

| | TFT 2005-2010 | TFT de longo prazo que maximiza o objetivo de | | | |
|---------------|---------------|---|------|-----------|-----------|
| | | FSR | SR | Consumo 1 | Consumo 2 |
| África do Sul | 2,55 | 0,97 | 1,40 | 1,02 | 0,82 |
| Argentina | 2,25 | 3,25 | 2,00 | 1,54 | 1,26 |
| Brasil | 1,90 | 5,45 | 2,29 | 1,82 | 1,50 |
| China | 1,63 | 2,64 | 2,17 | 1,65 | 1,34 |
| Colômbia | 2,45 | 3,77 | 2,04 | 1,49 | 1,13 |
| EUA | 2,06 | 2,16 | 2,33 | 1,84 | 1,50 |
| Japão | 1,34 | 2,70 | 2,33 | 1,88 | 1,57 |
| México | 2,37 | 2,83 | 1,98 | 1,47 | 1,14 |
| Moçambique | 5,57 | 1,30 | 1,61 | 1,12 | 0,89 |
| Uruguai | 2,12 | 3,22 | 1,90 | 1,47 | 1,19 |

Fonte: Extraído de Lee et al. (2014: Table 2).

14.5 OUTROS CONCEITOS E MEDIDAS: TRABALHO E POBREZA

Trabalho

Muitas das medidas e dos conceitos utilizados na demografia econômica se relacionam com a área de demografia do trabalho. Tanto na demografia micro, quanto na demografia macro, o trabalho é uma variável chave. Por exemplo, como destacado em outros capítulos deste livro, mudanças na participação de mulheres e homens no mercado de trabalho podem alterar a relação entre grupos populacionais ativos e inativos na economia, com repercussões para o crescimento econômico, transferências intergeracionais, pobreza, desigualdade de renda e de gênero. A definição de trabalho, no entanto, contém uma série de sutilezas que precisam ser bem consensuadas. Essa seção se dedica a tratar, exclusivamente, dessas definições.

O organismo internacional que cuida da uniformização dos conceitos relacionados ao trabalho é a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mediante a Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (ICL, pela sigla em inglês), que se reúne cada cinco anos para acordar as eventuais mudanças necessárias na definição dos conceitos. Na XIX ICL, em 2013, foi aprovada uma resolução que define o trabalho como qualquer atividade remunerada ou não remunerada, formal ou informal, legal ou clandestina, de pessoas de qualquer idade ou sexo que produz bens ou serviços para o uso por outras pessoas ou pelo próprio produtor. Esta é uma definição bastante abrangente que exclui apenas atividades que não produzem bens ou serviços (como a mendicância), de autocuidado (como a higiene pessoal) ou que não podem ser executadas por outra pessoa que não seja o próprio beneficiário (como o sono, a recreação, o esporte ou a aprendizagem). Geralmente, o trabalho é dividido em cinco categorias:

1. Emprego (remunerado ou para o lucro);
2. Produção para o autoconsumo;
3. Trabalho não remunerado para fins de treinamento;
4. Trabalho voluntário não remunerado; e
5. Outros tipos de trabalho não remunerado, como o trabalho comunitário ou o trabalho de prisioneiros por ordem judicial.

Conforme a definição adotada em 2008, as atividades acima fazem parte da delimitação de produção definida nas contas nacionais, incluindo a produção de bens para o próprio consumo, mas excluindo os serviços produzidos para o próprio consumo, afazeres domésticos e atividades de cuidado não remuneradas. Todos os bens e serviços contemplados nas contas nacionais compõem o Produto Interno Bruto (PIB).

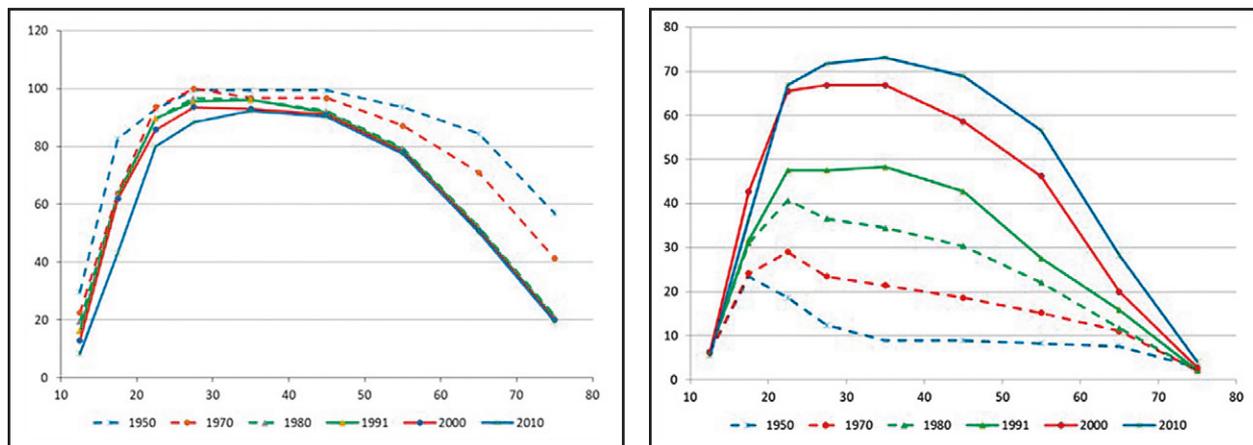
A população em idade ativa (PIA) é outro conceito extremamente abrangente. Como se viu no Capítulo 6, na demografia geralmente se define a faixa etária que corresponde a essa população como sendo a de 15-64 anos inteiros. No entanto a ICL recomenda que a idade inferior seja a idade mínima que a legislação do país permite para exercer uma atividade econômica ou a idade mínima para a conclusão da educação e que não se especifique uma idade superior. Em consonância com essa recomendação, a PNAD Contínua do Brasil, por exemplo, define a população em idade ativa como toda a população com idade de 14 anos ou mais, mas o censo usa um limite inferior de 10 anos. Em Moçambique, o critério oficial é de 15 a 70 anos, mas o Censo Agropecuário usa uma faixa de 10 a 70 anos. Portugal usa o critério de 15 anos ou mais. Dadas essas variações entre países e até mesmo entre diferentes tipos de pesquisa no mesmo país, é importante sempre verificar qual foi o critério usado.

A PIA consiste em dois contingentes principais: a População Economicamente Ativa (PEA) e a População Não Economicamente Ativa (PNEA). O conceito de atividade econômica não exige que a pessoa esteja trabalhando no momento do levantamento ou no período de referência (geralmente uma semana). Pessoas que estão de férias ou de licença temporária do emprego continuam economicamente ativas. Isso vale para pessoas desempregadas que estão procurando um emprego ou montando uma atividade própria. Entretanto, o conceito de trabalho para efeitos da definição da atividade econômica é mais restrito do que o conceito definido acima, limitando-se ao emprego remunerado ou para o lucro. Portanto, uma pessoa que faz ou procura um trabalho voluntário ou que produz exclusivamente para o autoconsumo não é considerada economicamente ativa, embora o produto do seu trabalho conte para efeitos das contas nacionais e do PIB. Por outro lado, os trabalhadores sem remuneração direta que realizam atividades em ajuda à atividade econômica de outro membro do domicílio que recebe a remuneração pelo trabalho do conjunto domicílio (trabalhadores familiares não remunerados) sim fazem parte da PEA.

A Taxa de Atividade (que, estritamente falando, é uma proporção ou índice, não uma taxa) é medida como percentagem, dividindo-se PEA pela PIA e multiplicando por 100. Da mesma forma, dividindo o número de pessoas economicamente ativas, por sexo e grupo etário, pela PIA correspondente e multiplicando por 100 obtém-se a Taxa Específica de Participação Econômica ou Taxa

Específica de Participação na Força de Trabalho por sexo e idade. No caso do Brasil, percebe-se uma tendência de longo prazo de aumento da participação feminina, de 13,6% em 1950 a 44,1% em 2000 e 48,9% em 2010, ao passo que também houve uma redução mais lenta da participação masculina, de 80,8% em 1950 a 69,6% em 2000 e 67,1% em 2010. O Gráfico 14.4 mostra essa tendência desagregada por idade. A mesma tendência também pode ser observada em outros países, embora não de forma tão acentuada. Há uma literatura extensa sobre essa questão no Brasil, inclusive com análises que tentam separar os efeitos de idade, período e coorte (ver por exemplo, Wajnman e Rio-Neto, 1999). Em Portugal, por exemplo, a taxa masculina diminuiu de 78,6% em 1983 a 64,4% em 2017, mas a taxa feminina mudou relativamente pouco, de 51,7% em 1983 a 54,0% em 2017, segundo os dados do Inquérito ao Emprego. Entretanto, é preciso ter cuidado com os critérios adotados, pois o censo português de 1981 indica uma participação feminina consideravelmente mais baixa, de 38,2%, comparada com 51,0% no censo de 2011. Segundo os dados da OIT, os países africanos têm, tipicamente, uma participação feminina muito elevada, o que normalmente está ligado à maior participação no mercado de trabalho de jovens e idosos nesses países: Angola 75,7% (2010) e Moçambique 78,1% (2015). Podem haver variações entre os censos. Por exemplo, o censo moçambicano de 2007 mostra uma participação um pouco menor de 73,8% para homens e 65,2% para mulheres. O censo de São Tomé & Príncipe de 2010 mostra taxas de 64,1% e 42,8%, respectivamente, para homens e mulheres. A análise da comparabilidade desses dados entre países e entre diferentes fontes no mesmo país está além da temática deste livro.

Gráfico 14.4: Taxas de Atividade Específicas para homens (esquerda) e mulheres (direita) segundo os censos demográficos brasileiros, 1950-2010



Fonte: Alves (2013): Gráficos 2 e 3.

O conceito de PEA sugere uma definição alternativa da Razão de Dependência. Em (6.6), essa razão foi definida como (População de 0-14 anos + População de 65+ anos) / População de 15-64 anos, multiplicado por 100. Tomando a população de 15-64 como uma das definições possíveis da PIA, tem-se que a Razão de Dependência Demográfica é igual ao número de pessoas em idades inativas pelo número de pessoas em idades ativas ou PIA. Se em vez da PIA se usa a PEA, e em vez das pessoas em idades inativas as pessoas efetivamente inativas, o resultado obtido é uma das formas de se medir a *Razão de Dependência Econômica*:

$$\text{Razão de Dependência Econômica} = 100 \text{ PNEA} / \text{PEA} \quad (14.1)$$

Da mesma forma que no caso da Razão de Dependência Demográfica, (14.1) pode ser desagregada por grupos etários, usando a PEA total como denominador. No entanto, neste caso, isso pode ser feito inclusive para o grupo de 15-64 anos, já que ele também conta tanto com pessoas ativas como inativas. Considerando que tipicamente 20-40% da PIA não está ativa, (14.1) tende a ser consideravelmente maior do que (6.6).

Outro conceito importante neste contexto é a Razão de Suporte, que de certa forma inverte a razão de dependência, colocando os ativos no numerador e os inativos no denominador. Existem diversas variantes da Razão de Suporte que são discutidas por Cutler et al. (1990), entre outros. A versão mais simples coloca a PIA (definida por eles como a população de 20-64 anos) no numerador e a população total no denominador. Um indicador parecido é a *Razão de Suporte de Idosos*, definida como a relação entre a população em idade ativa e a população idosa, habitualmente calculada como o quociente entre o número de pessoas com idade compreendida entre 15-64 anos e o número de pessoas com 65 anos ou mais. Noutras palavras, o número de ativos por idoso. Este indicador é particularmente relevante no contexto das discussões sobre a evolução do sistema previdenciário.

Numa versão mais elaborada da Razão de Suporte, o numerador se baseia na totalidade da renda total gerada por pessoas na faixa de 15 a 80 anos, enquanto o denominador reflete o consumo da população total. Como a Razão de Suporte é útil principalmente para efeitos de projeção, o numerador geralmente se calcula como a soma da população multiplicada pela atividade econômica e pela renda média das pessoas ativas em cada faixa quinquenal entre os 15 e 80 anos. O denominador se calcula como a soma da população multiplicada pelo consumo médio nas faixas de 0-19, 20-64 e 65+ anos. Ao variar a composição por idade, mantendo as médias da atividade, renda e consumo por faixa etária constantes, fica evidente como a Razão de Suporte é afetada por variações na estrutura etária da população, como será ilustrado na seção 14.5. Uma versão análoga a essa tem sido apresentada por Mason e Lee em seus trabalhos com dados do NTA (ver por exemplo, Mason et al., 2017), dividindo-se a soma do número efetivo de trabalhadores por consumidores. Nesse caso, criam-se, primeiro, índices por idade para renda e para o consumo, a partir da sua divisão pelos seus respectivos valores nas idades de 30 a 49. Em seguida, ambas as medidas são multiplicadas pela população em cada idade, somadas, para então se obter a razão pela divisão da renda pelo consumo. Cutler et al. (1990) também propuseram outras combinações de numeradores e denominadores, que são menos importantes.

Como se indicou acima, a PEA consiste em ocupados e desocupados. Na definição usada na PNAD Contínua do Brasil, são classificadas como ocupadas no período de referência (no caso, uma semana) as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em atividades remuneradas em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em atividades sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas por motivo de férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. O mesmo vale para pessoas que, na data de referência, estavam, por

período inferior a quatro meses (ou outro período, dependendo do país) em licença remunerada por motivo de doença ou acidente ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de Previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, consideram-se como ocupadas as pessoas afastadas por outros motivos, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses. As taxas associadas à ocupação ou desocupação se calculam como percentagens em relação à totalidade da PEA.

A condição de desempregado pressupõe que a pessoa esteja disposta a trabalhar e ativamente procurando trabalho, por meio de entrevistas, envio de currículo, procura nos anúncios de jornal etc. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho no período de referência (geralmente uma semana) que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência. Um trabalhador desalentado é aquele que está disposto a trabalhar, mas que não esteve ativamente procurando um emprego durante um período recente (geralmente um mês), tipicamente porque desistiu da tentativa, por acreditar que não há oportunidade. Essa categoria pode ser significativa. Por exemplo, o IBGE estimou que no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 havia 4,9 milhões de trabalhadores desalentados no Brasil. Como esses trabalhadores são formalmente considerados como parte da PNEA e não como desempregados, eles reduzem as taxas oficiais de desemprego, o que introduz um certo elemento de arbitrariedade nas estatísticas de desemprego, especialmente quando se usam critérios muito restritivos para caracterizar a condição.

Além do problema conceitual referente aos trabalhadores desalentados, outra complicação para a determinação do desemprego ou desocupação se refere à qualidade do trabalho. Muitos trabalhadores que não encontram um trabalho condizente com as suas expectativas acabam tendo que assumir uma atividade informal, sem proteção da legislação trabalhista, de baixa remuneração, abaixo do seu nível de qualificação ou trabalhando menos tempo do que o desejado. Trata-se do subemprego, que acontece principalmente em países onde não existem providências para garantir uma renda mínima aos desempregados. Devido à dificuldade de medição das outras componentes, a implementação estatística do conceito de subemprego tende a focar no subemprego por tempo trabalhado. Concretamente, o IBGE define como subempregadas aquelas pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais e teriam disponibilidade para isso. A PNAD Contínua encontrou 13,1 milhões de desempregados no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, mas além disso 14,8 milhões de trabalhadores desalentados ou pessoas trabalhando menos de 40 horas e dispostas a trabalhar mais. O Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC) de Cabo Verde usa o conceito de subemprego, isto é, diz respeito apenas ao subemprego visível, ou seja, aos activos ocupados que, na semana de referência, trabalharam menos que 40 horas nas atividades que exerceram, e que declaram estar disponíveis para trabalhar mais horas, caso tivessem encontrado uma outra atividade. Isso levou a uma estimativa de 15,4% da força de trabalho masculina e 16,8% da feminina em 2017. Para enfatizar a distinção entre os diferentes tipos de subutilização da força de trabalho muitas vezes se usa o termo desemprego aberto, para distingui-lo do subemprego e do desemprego implícito representado por trabalhadores desalentados. Devido à fluidez dos diferentes conceitos relacionados com a subutilização da força de trabalho, o indicador oficial de desemprego continua sujeito a questionamentos e à formulação de metodologias alternativas, como aquela

do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (ver, por exemplo, Troyano, 1992).

As taxas de desemprego podem ser desagregadas por sexo e idade. O desemprego tende a ser mais alto entre os jovens que estão procurando trabalho pela primeira vez. Por exemplo, segundo o IMC de Cabo Verde de 2017, a taxa de desemprego era 11,8% para os homens e 12,8% para as mulheres. Mas entre os jovens de 15-24 anos a taxa chegava a 32,4%, enquanto na faixa dos 35-64 anos era de apenas 6,0%.

Os indivíduos ocupados geralmente são classificados por ocupação. A codificação destas ocupações em categorias uniformes e comparáveis é uma tarefa que costuma tomar muito tempo no processamento dos censos. Internacionalmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) mantém um sistema de codificação estatística conhecido com International Standard Classification of Occupations (ISCO). Este sistema precisa ser periodicamente adaptado às mudanças ocorridas no mercado de trabalho onde novas ocupações vão surgindo em função da mudança tecnológica, enquanto certas ocupações tradicionais desaparecem. A última revisão do ISCO foi realizada em 2007 e é conhecida como ISCO-08. A revisão anterior foi a de 1988, conhecida como ISCO-88. Embora a ISCO sirva de referência internacional, os países também possuem as suas próprias classificações, para refletir as idiossincrasias da sua estrutura ocupacional nacional. Moçambique, por exemplo, usa a Classificação das Profissões de Moçambique (CPM), que foi revisada em 2012. Angola, por sua vez, usa a Classificação das Profissões de Angola (CPA), que foi formulada pela primeira vez em 2016. No caso do Brasil, utiliza-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que foi revisada em 2002, tendo como referência a ISCO-88 e substituindo a versão de 1994. O Censo Demográfico de 2000 já usou uma versão preliminar da CBO-2002. Entretanto, como há uma nova versão da ISCO desde 2008, o IBGE vem desempenhando esforços para adaptar o seu sistema de classificação para fins estatísticos. Assim, surgiu a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) que foi usada no censo de 2010 e vem sendo aplicada nas PNADs desde então. A estrutura de ambas as classificações, com os respectivos números de categorias, é a seguinte:

| | CBO | COD |
|--|-----|-----|
| Grandes Grupos - GG (1 dígito) | 10 | 10 |
| Subgrupos Principais - SGP (2 dígitos) | 43 | 48 |
| Subgrupos - SG (3 dígitos) | 127 | 189 |
| Grupos de Base - GB (4 dígitos) | 434 | 507 |

A COD tem compatibilidade a dois dígitos com a CIU0-08 e no nível mais desagregado (4 dígitos) em 8 dos 10 Grandes Grupos. Nos dois restantes, a compatibilidade é a 3 dígitos em um, e a dois dígitos no outro.

Pobreza

A pobreza constitui outro tema importante estudado pelos economistas e demógrafos. Como se trata de um tema muito amplo que depende de muitos fatores além dos demográficos, não é possível cobri-lo em detalhes neste capítulo. Entretanto, é preciso apontar pelo menos alguns vínculos relevantes com a demografia. Para começar, a pobreza é medida quase sempre como um fenômeno que se manifesta no nível de domicílios ou – mais precisamente – agregados familiares, entendidos como unidades de consumo (ver a discussão no capítulo anterior). Isso significa que a pobreza das pessoas depende da composição do domicílio ou do agregado familiar em que vivem. Uma pessoa pode ter uma renda adequada para cuidar das suas necessidades pessoais, mas se precisa dividir a sua renda com outros membros da sua unidade de consumo (algo que implicitamente se assume, apesar de não ser necessariamente verdadeiro), o *consumo per capita* da unidade pode ser tão baixo que o grupo como um todo precisa ser considerado pobre, principalmente se os outros membros dependem inteiramente da sua renda.

A pobreza pode ser medida de forma monetária ou não monetária. Na abordagem monetária, o consumo (ou eventualmente a renda, mas o consumo é o critério preferido) de todos os membros do domicílio (agregado familiar) é somado e dividido pelo número de pessoas. Eventualmente podem ser usadas escalas de equivalência, por exemplo contando uma criança como meio adulto. O resultado é comparado com uma linha de pobreza, para decidir se a unidade é pobre (resultado abaixo da linha) ou não (resultado acima da linha). Os critérios para a definição da linha podem variar. Desde outubro de 2015, o Banco Mundial usa um critério de 1,90 dólares PPC. Entretanto, esse critério pode ser demasiado baixo para países com níveis de renda intermediários, como o Brasil. Por isso muitos países definem suas próprias linhas de pobreza nacionais, às vezes distinguindo, inclusive, entre áreas urbanas e rurais. Embora houvesse várias tentativas nesse sentido, o Brasil até hoje não possui uma linha de pobreza oficial nacional ou regional e continua usando o salário mínimo como critério aproximado para definir a pobreza. Muitos países mais desenvolvidos, como os países da União Europeia e da OCDE, não têm uma linha de pobreza absoluta, mas usam o critério de pobreza relativa, onde a linha de pobreza corresponde a 60% da renda mediana dos domicílios. Isso pode levar a alguns resultados contraintuitivos, como a possibilidade de que, em momentos de recessão, a pobreza caia porque a renda mediana diminui. A renda não monetária pode ser medida de diferentes maneiras, mas todas se referem às características do domicílio, como a infraestrutura (água, eletricidade), bens de consumo duráveis, material de construção, escolaridade e assistência escolar dos membros, mortalidade e nutrição etc. Atualmente a medida mais usada para quantificar a pobreza não monetária é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), introduzida pelo PNUD em 2010 (Alkire e Foster, 2011).

O nível de pobreza, tanto de um domicílio como de um país, pode depender de muitos fatores, entre os quais alguns são demográficos. A pobreza varia por idade e sexo do chefe do domicílio (embora isso dependa do critério adotado para definir a chefia) e do número de crianças menores presentes. Embora não seja uma regra universal, em muitos países, os domicílios com crianças e chefia feminina têm maior chance de serem pobres. Por outro lado, domicílios unipessoais de pessoas menores de 50 anos tendem a ter uma menor incidência de pobreza. Essas relações ocorrem, principalmente, em função da razão de dependência econômica dentro do domicílio. Quanto maior for a presença de adultos, exercendo atividade remunerada, em relação ao total de membros

do domicílio, menor a chance de um domicílio ser pobre. Um fator importante nessa relação entre composição domiciliar e pobreza é a existência de programas públicos de transferência de renda no país em análise. Como essas políticas, em geral, direcionam recursos de adultos (contribuintes) para crianças e idosos (beneficiários), sua presença pode aumentar o peso de outras fontes de rendimento no total da renda do domicílio, diminuindo a associação entre idade, sexo e pobreza. Algumas vezes, como já discutido para o caso brasileiro, as políticas de transferências de renda podem privilegiar alguns grupos etários (idosos em relação à crianças, por exemplo), impedindo que a pobreza seja combatida, com a mesma intensidade, em todos os grupos populacionais que não estão em atividade econômica (Turra, Queiroz, Rios-Neto, 2011).

14.6 BASES DE INFORMAÇÃO SOBRE DEMOGRAFIA ECONÔMICA

Há inúmeras fontes de dados secundários que incluem indicadores demográfico-econômicos estimados para os vários países. Uma dessas fontes é o projeto Contas Nacionais de Transferência (NTA, do nome em inglês, “National Transfer Accounts”), já mencionado nesse capítulo, que foi proposto pelas Universidades de Califórnia e de Hawaii (Lee e Mason, 2011) com o apoio financeiro de diferentes agências internacionais, inclusive o UNFPA. O projeto tem se convertido na fonte principal de dados para analisar as transferências intergeracionais no mundo. Até 2017, tinham sido realizados estudos nacionais sobre o tema num total de 60 países, entre os quais a África do Sul, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Moçambique, Peru, São Tomé & Príncipe, Timor-Leste e Uruguai. O NTA retrata os fluxos detalhados do ciclo de vida econômico, incluindo a renda do trabalho, renda do capital, transferências públicas e privadas, consumo de bens e serviços privados e públicos, com detalhes para os gastos em educação e saúde. As contas foram construídas de uma forma consistente com o sistema de contas nacionais da ONU, a fonte principal de dados macroeconômicos. Os relatórios nacionais são construídos em colaboração com instituições nacionais. Para maiores informações, ver <http://www.ntaccounts.org>.

Além do projeto NTA, o Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/>), as Nações Unidas (<https://population.un.org/wpp/>), a OCDE (<https://data.oecd.org/>), a OIT (<https://ilostat.ilo.org/>), o IPEA no Brasil (<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>) e os sites de outras inúmeras instituições internacionais e governos oferecem importantes dados para o estudo das relações entre as dinâmicas econômica e demográfica.

